



Cursos TCM GO aos Jurisdicionados



Escola
de Contas

Conhecimento e Transparência

CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Instrutores:

- Rodrigo Zanzoni
- Walmir Carlos Clariano
- Rubens Custódio Pereira Neto

PÚBLICO-ALVO

**Controladores Internos e Servidores
que compõem o Sistema de Controle
Interno Municipal**

SEJAM BEM-VINDOS!!!

OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os servidores públicos municipais que atuam no Sistema de Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo sobre as boas práticas que visem sua efetividade.

OBJETIVO DO CURSO

Observações Relevantes:

1. Cenário atual dos municípios;
2. As barreiras e dificuldades pontuais para a excelência do Controle Interno;
3. A distância do conteúdo abordado no curso (situação ideal) da atual situação do seu município.

OBJETIVO DO CURSO

O FOCO DEVE ESTAR:

1. No aprendizado, sem críticas que criem obstáculos às informações;
2. Na certeza que a construção de um novo cenário de Controle Interno depende de muito trabalho, empenho e se fará a médio e longo prazos...

O PLANO DO CURSO

- ESTE CURSO ESTÁ ESTRUTURADO EM 3 MOMENTOS:

1º) Fundamentação legal e conceitual do Sistema de Controle e interface dos Sistemas de Controle Interno e Externo;

O PLANO DO CURSO

2º) Modelos de normas, procedimentos e rotinas do Controle Interno; e

3º) Inconsistências e impropriedades reais constatadas pela equipe de fiscalização do TCM-GO.

Para Reflexão Inicial...

No fundo, controle é isso: “Quando tudo vai bem, ninguém lembra... Quando algo vai mal, dizem que não existe... Quando é para gastar, não acham que seja necessário... Quando é nos outros, todos concordam... Quando é sobre você, não precisa existir... Porém, quando se vê que realmente não existe, todos concordam que deveria existir”

Domingos Poubel de Castro

Controle Interno Municipal

1ª PARTE

1ª PARTE

Fundamentação legal e conceitual do Sistema de Controle Interno (formas, tipos, métodos) e a interface dos Sistemas de Controle.

ALINHANDO OS ENTENDIMENTOS BÁSICOS...

A Evolução do Estado e a Necessidade do Estabelecimento de Controles da Administração Pública

Charles de Secondat (Barão de Montesquieu) registrou na obra “O Espírito das Leis” (1748), que:

“todo o homem que tem em mãos o poder é sempre levado a abusar dele, e assim irá seguindo, até que encontre algum limite”

A Evolução do Estado e o Estabelecimento de Controles da Administração Pública

- **A história do CONTROLE no Brasil:**
 - **Período colonial (1680):** Criação das Juntas das Fazendas das Capitanias e a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, jurisdicionadas a Portugal.
 - **Em 1808, na administração de D. João VI, foi instalado o Erário Régio e criado o Conselho da Fazenda, que tinha como atribuição acompanhar a execução da despesa pública.**

A Evolução do Estado e o Estabelecimento de Controles da Administração Pública

- Com a proclamação da independência do Brasil, em 1822, o Erário Régio foi transformado no Tesouro pela Constituição monárquica de 1824, prevendo-se, então, os primeiros orçamentos e balanços gerais.
- Em 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, o Decreto nº 966-A criou o Tribunal de Contas da União, norteado pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia.

A Evolução do Estado e o Estabelecimento de Controles da Administração Pública

- A Lei 4320/64 traz o Controle Orçamentário (no âmbito Interno e Externo) em seu arts. 75 a 82.
- O “CONTRÔLE” (incluindo ações de Controle Interno) aparece expressamente no Decreto-Lei 200/67 – Reforma Administrativa do Estado;
- E o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, no artigo 74 da Constituição Federal de 1988 (vejamos...)

ART. 74 – CF/88 & ART. 29 CE/GO

- Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da **União**;

ART. 74 – CF/88 & ART. 29 CE/GO

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da **União**;

ART. 74 – CF/88 & ART. 29 CE/GO

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da [União](#), sob pena de responsabilidade solidária.

ART. 74 – CF/88 & ART. 29 CE/GO

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da **União**.

E ainda...

Legislação inerente às Ações de Controle da Administração Pública

- **LRF (Lei Complementar 101/2000)**
- **Lei da Transparência (LC 131/2009)**
- **Lei de Acesso à Informação (LC 12.527/2011)**

ALINHANDO CONCEITOS...

Conceito de CONTROLE (Ext. e Int.) na Administração Pública:

“É a possibilidade de verificação, inspeção, exame, pela própria administração, por outros Poderes ou qualquer cidadão, da efetiva correção na conduta gerencial de um Poder, órgão ou autoridade,...

ALINHANDO CONCEITOS...

... no escopo de garantir atuação conforme aos modelos desejados anteriormente planejados, gerando uma aferição sistemática. Trata-se, na verdade, de poder-dever, já que, uma vez determinado em lei, não poderá ser renunciado ou postergado, sob pena de responsabilização por omissão do agente infrator.

Evandro Martins Guerra

ALINHANDO CONCEITOS...

Finalidade do Controle na Adm. Pública:

“É assegurar que a Administração atue em consonância com os princípios que lhes são impostos pelo ordenamento jurídico, como os da legalidade, moralidade, finalidade pública, publicidade, motivação, impessoalidade”

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Resumindo as Considerações Iniciais de Controle na Adm. Pública...

Histórico

X

Obrigação Constitucional

X

Conceito Geral

Iniciando a imersão no universo do Controle Interno Municipal...

OBJETIVOS MACRO DO CONTROLE INTERNO

**CONTROLE
INTERNO**

Assegurar a legitimidade dos passivos

**Salvaguardar os ativos contra desvios,
perdas ou desperdícios**

Promover a eficiência operacional

Encorajar adesão às políticas internas

CONTROLE INTERNO

1- Assegurar a legitimidade dos passivos

A não observância gera demonstrativos contábeis irreais, comprometendo a visão gerencial do órgão.

Exemplos: Dívida parcelada junto ao INSS e FGTS; Restos a Pagar (Dívidas de Curto Prazo) e Fornecedores (Longo Prazo)...

CONTROLE INTERNO

2- Salvar os ativos contra desvios, perdas ou desperdícios

Atribuição e responsabilização de servidores pela guarda e uso dos bens patrimoniais, análise e cobrança de ações sobre a arrecadação municipal evitando a RENÚNCIA DE RECEITA OU EVASÃO FISCAL. Adoção ao Sistema de Custos para fins de controle (nova Contabilidade)

CONTROLE INTERNO

3- Promover a eficiência operacional

Acompanhar a execução dos serviços públicos e avaliar seus resultados, propondo ações corretivas visando aumento da efetividade da máquina pública.

CONTROLE INTERNO

Encorajar adesão às políticas internas

Fundamentar, tecnicamente, proposituras de melhoria ao Chefe de Poder, com ÊNFASE NA LEGALIDADE, contribuindo para a melhoria da máquina estatal.

PRINCÍPIOS INERENTES ÀS ATIVIDADES DE CONTROLE

**Princípios
da Atividade
de CONTROLE**

**Princ. das Relações Intersetoriais
(Segregação de Funções)**

**Princ. da Independência Técnico-
funcional**

Princ. da Relação Custo-Benefício

Princ. da Qualificação Adequada

**Princ. da Aderência a Diretrizes e
Normas**

PRINCÍPIOS DA ATIVIDADE DE CONTROLE

PRINC. DAS RELAÇÕES INTERSETORIAIS (SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES)

**As atividades de execução e controle devem ser desvinculadas do ponto de vista funcional.
“Nenhum servidor ou ação administrativa deve controlar todos os passos-chave de uma mesma transação ou fato”**

PRINCÍPIOS DA ATIVIDADE DE CONTROLE

PRINC. DA INDEPENDÊNCIA TÉCNICO-FUNCIONAL

Pressupõe que o controlador, seja ele interno ou externo, não dependa do auxílio de outros órgãos para a realização do *mister* de controle.

PRINCÍPIOS DA ATIVIDADE DE CONTROLE

PRINC. DA RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO

O custo do controle (estrutura, procedimento) não pode afrontar a razoabilidade do custo do benefício que gera.

PRINCÍPIOS DA ATIVIDADE DE CONTROLE

PRINC. DA QUALIFICAÇÃO ADEQUADA

Órgãos de controle devem estar preparados com equipe técnica capacitada/qualificada para ações inerentes às atividades de controle.

PRINCÍPIOS DA ATIVIDADE DE CONTROLE

PRINC. DA ADERÊNCIA A DIRETRIZES E NORMAS

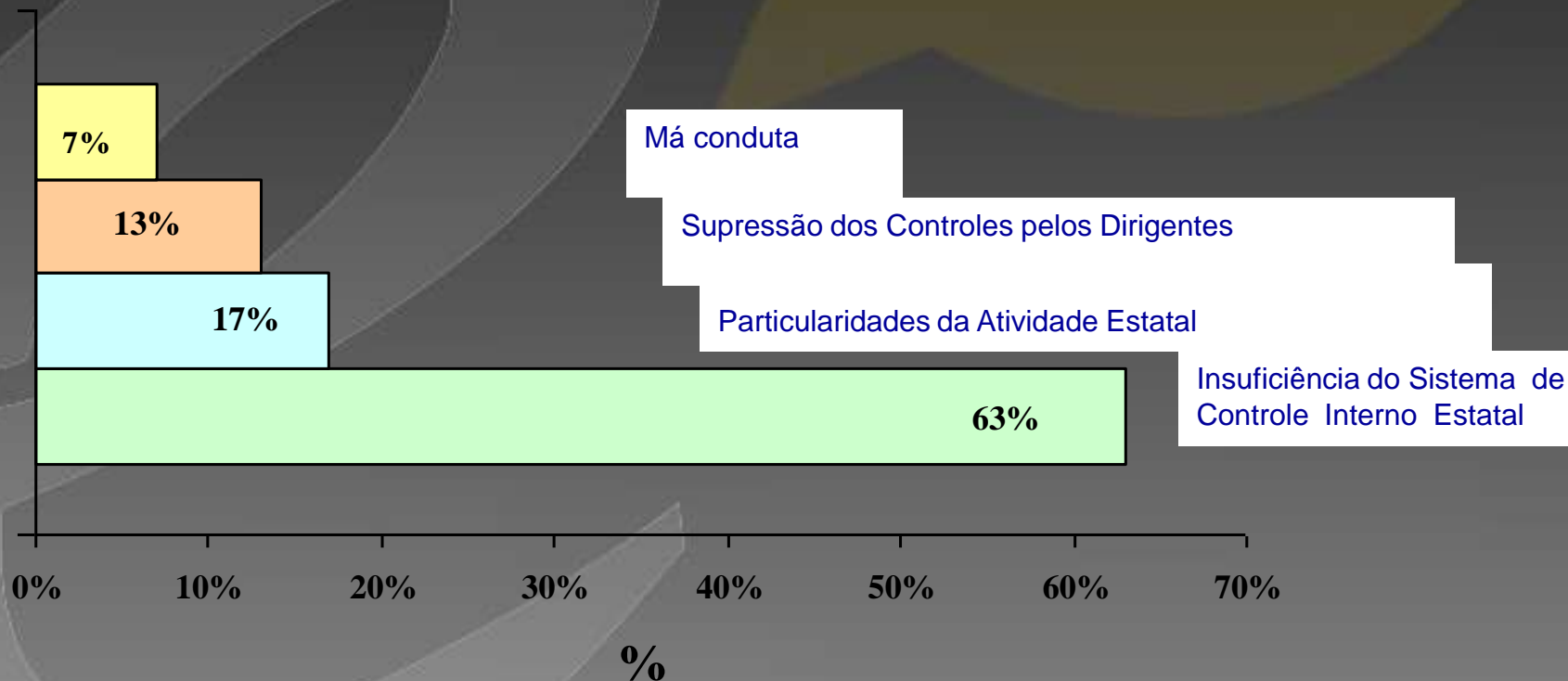
Os atos da Administração jamais podem desvincular-se das normas, sob pena de nulidade do negócio jurídico que vier a ser celebrado sem essas observâncias.

RESSALTA-SE: O suporte de orientações emanadas dos Tribunais de Contas (Normativas ou Pareceres de Consulta), e do Assessoramento Jurídico.

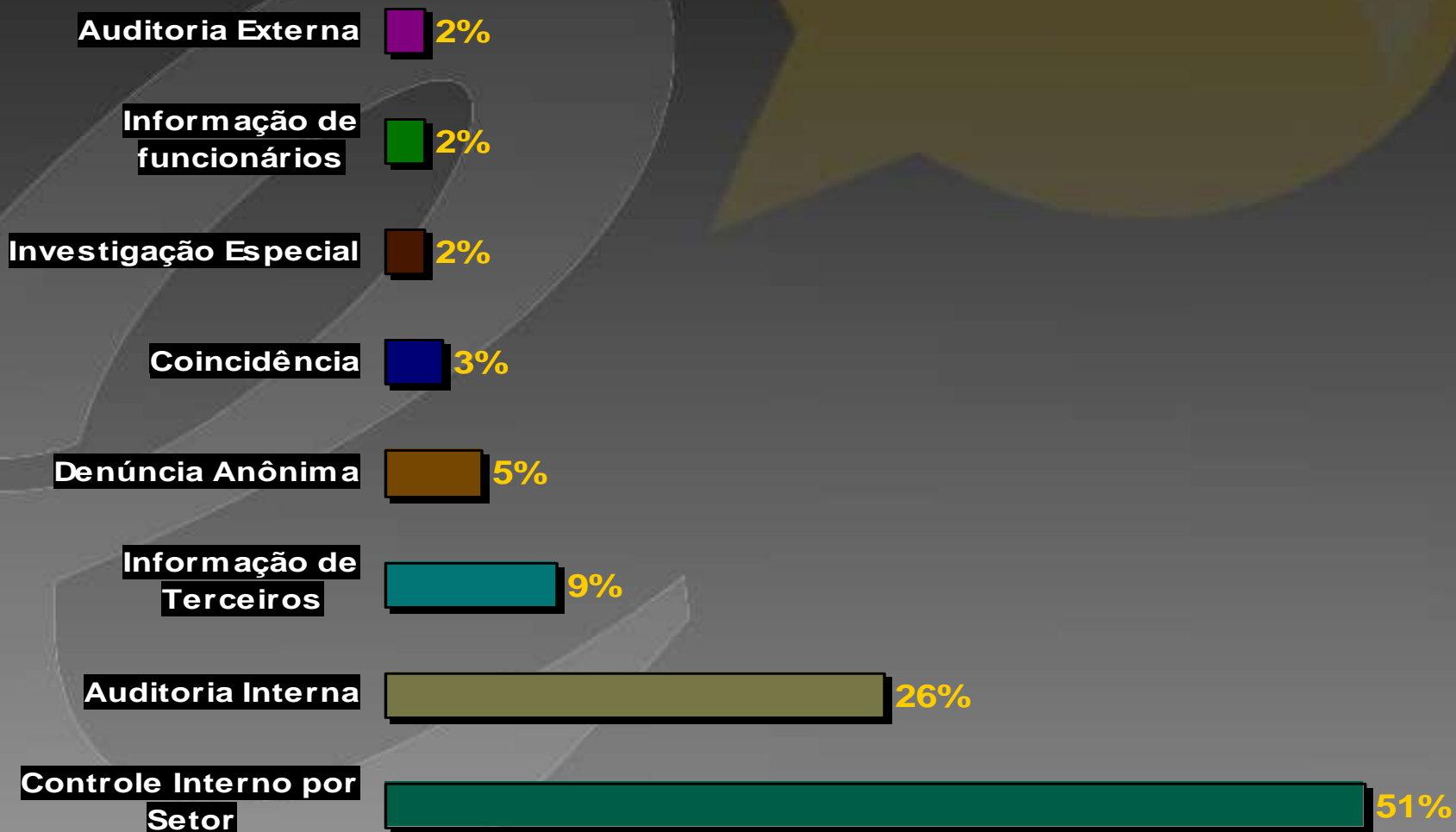
Controle Interno Municipal

**Alguns dados
importantes ao
Controle
Fonte: ATRICON**

A ORIGEM DAS FRAUDES



PERCENTUAL DE ÊXITO NO COMBATE ÀS FRAUDES



Controle Interno Municipal

FORMAS DE CONTROLE

Prévio ou Preventivo

- Quanto mais preventivo for, menor o custo e mais efetivo o alcance dos objetivos do controle.

Concomitante ou Sucessivo

- Acompanha a realização do ato, evitando falhas, desvios ou fraudes.

Subsequente ou Corretivo

- Visa corrigir eventuais defeitos originados no ato administrativo ou declarar sua nulidade para que não surta efeitos danosos. Caso já ocorridos, deverá agir na responsabilização do agente em suas diversas formas.

A relação Controle Interno & Controle Externo

CARACTERÍSTICAS DA RELAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE

- Inexiste hierarquização institucional entre os Órgãos de Controle Interno e Externo;
- O Controle Interno relaciona-se no sentido de cooperação com o Controle Externo (braço do controle externo da Administração Pública);

CARACTERÍSTICAS DA RELAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE

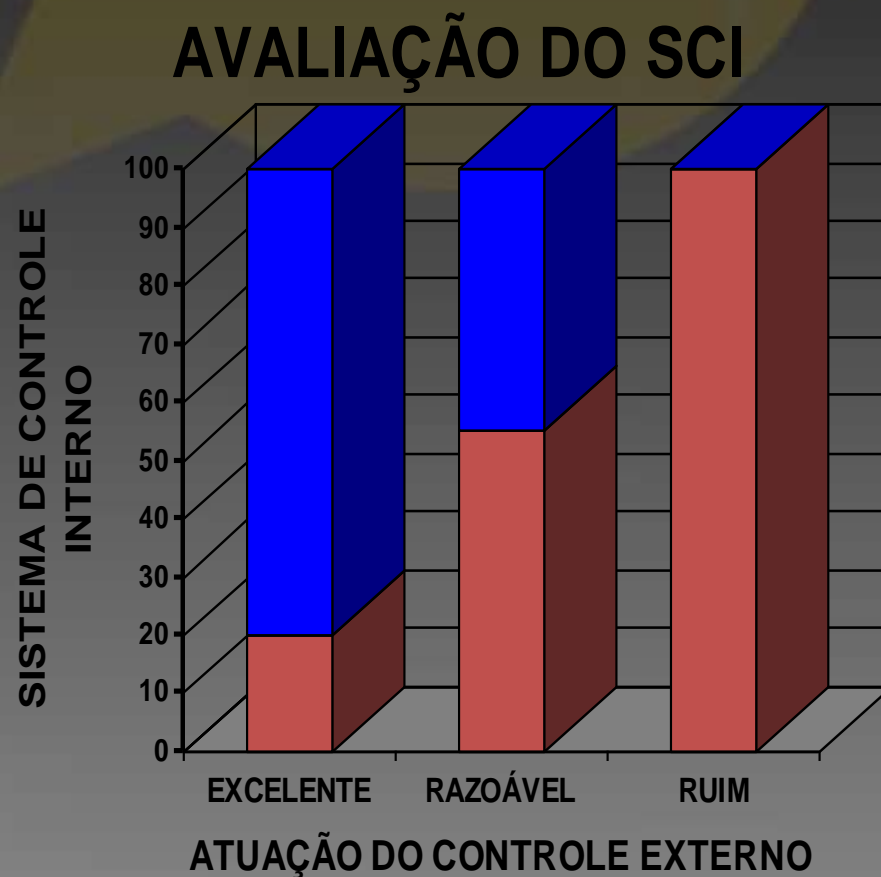
- Controle Interno é responsável pela verificação em sentido amplo da gestão administrativa. Tem o condão de auxiliar o Controle Externo no desempenho de seu *mister* – atribuição imposta no texto constitucional);
- Destaca-se o papel fundamental do Controle Interno se antever ao Controle Externo na atividade de Controle.

CARACTERÍSTICAS DA RELAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE

- Controle Interno é fundamental para conformação da conduta do agente e à confirmação da legalidade do ato administrativo do agente, dada suas características de atuação local, pontual, com possibilidade de ciência concomitante do ato, diferenciado-o do Controle Externo.

O CONTROLE EXTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- TOMA COMO BASE A FIDEDIGNIDADE DO CONTROLE INTERNO.
- QUANTO MELHOR FOR O CONTROLE INTERNO MENOR SERÁ A ATUAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO.



■ CONTROLE INTERNO
■ CONTROLE EXTERNO

O MOMENTO DO TCM-GO

NORMAS TCM

RN 04/2000
IN 15/2012

CENÁRIO

PRPOPOSITURAS DE
AVANÇO:

GRUPO TÉCNICO DE
CONTROLADORES
INTERNOS
PORTAL DO
CONTROLADOR
INTERNO

Controle Interno Municipal

2ª PARTE

2ª PARTE

Modelos de Normas, procedimentos e rotinas do Controle Interno nas áreas de Planejamento, Pessoal, Financeira, Contábil, Orçamentária, Licitações e Contratos, e Gestão Operacional;

Procedimentos Preliminares

1º Passo (Conceito de SISTEMA)

Criação de Sistema de Controle Interno na estrutura organizacional do município mediante Lei Específica, que define competências, atribuições, metodologia, estrutura funcional e cargos.

Procedimentos Preliminares

2º Passo

Criação de instruções normativas (SISTEMA DE NORMAS) expedidas pela Chefe do Poder, após ampla discussão em fase de elaboração, com o objetivo de sistematizar, modernizar, racionalizar e controlar os atos da Administração Direta e Indireta no Município.

Procedimentos Preliminares

3º Passo

Organização do Sistema de Controle Interno:

- 1) Independência Funcional;
- 2) Estrutura Funcional Adequada:
(recursos humanos, tecnológicos,
espaço físico adequado – dimensão e
segurança)

Procedimentos Preliminares

3) Estruturação das Fontes de Consulta (Material de Trabalho Permanente):

Normas e Legislação: CF, CE, Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara, Lei 4320/64, CTN, IN's do TCM, Lei 8.666/93 e 10520/02, Lei da Estrutura Organizacional do Município...

Procedimentos Preliminares

... Códigos Municipais (Postura, Obras, Tributário, Plano Diretor), Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, LC 101 (LRF), LC 131/09 (LT), LC 12.527/11 (LAI), Portarias da STN, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes e Lei Orçamentária Anual do Município.

Procedimentos Preliminares

4º Passo

Criar e dar ampla publicidade às **INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO CONTROLE INTERNO** aos Secretários Municipais e Chefes de Áreas, esclarecendo dúvidas com o Sistema de Controle Interno, informando todos os servidores sob as responsabilidades de suas ações.

Procedimentos Preliminares

4º Passo

OBS: Sugerimos as Instruções Normativas para a implantação de procedimentos e rotinas por ser o ato administrativo mais adequado, pois visam desempenhar suas funções executivas, devendo se transformar em instrumento de verificação do Controle Interno.

Procedimentos Preliminares

5º Passo

Conheça as técnicas de Controle e tenha atenção à composição dos Papéis de Trabalho (é a base de qualquer trabalho de Controle):

Organização, arquivamento, conteúdo fidedigno, suficiente e exato da ação realizada ou da informação requerida.

AÇÕES DE CONTROLE INTERNO

AÇÕES DE CONTROLE

Criação e aprovação do Plano de Ações Anual de Controle, contemplando auditorias e fiscalizações/inspeções a serem realizadas no decorrer do exercício, em conformidade à Instrução Normativa preestabelecida.

AÇÕES DE CONTROLE

Diferenciando Auditoria de
Fiscalização (Modelo do Controle
Interno Federal):

AUDITORIA → visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais.

AÇÕES DE CONTROLE

FISCALIZAÇÃO → visa comprovar se o objeto dos programas de governo corresponde às especificações estabelecidas, atende às necessidades para as quais foi definida, guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle são eficientes.

AÇÕES DE CONTROLE

PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO →

é o conjunto de verificações e averiguações previstas num programa de fiscalização, que permite obter evidências ou provas suficientes e adequadas para formular a opinião do SCI sobre a conformidade dos atos dos gestores ante às normas.

AÇÕES DE CONTROLE

TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO →

é o conjunto de ferramentas e processos operacionais para a obtenção de evidências físicas, tais como: Indagação escrita ou oral, análise documental, conferência de cálculos, circularização, inspeção física, observações de atividades etc.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

→ Subsistemas do
Controle Interno

**Para cada subsistema
deverá haver um conjunto
de Procedimentos e Rotinas
detalhados, definidos em
Instruções Normativas
próprias.**

**Dado o volume de
informação e detalhamento
de cada subsistema,
apresentaremos uma
proposta de estrutura de
Instruções Normativas.**

PARTE I

Patrimônio

Sistema de Controle Interno Municipal e seus Subsistemas

Recursos
Humanos

Compras e
Licitações

Tesouraria

Contabilidade

PROCEDIMENTOS E ROTINAS DO CONTROLE INTERNO

RECURSOS HUMANOS

Recursos Humanos – Instruções Normativas

Manutenção e cadastro de pessoal e controle sobre vantagens, promoções, adicionais, afastamentos legais, sanções → A importância do Dossiê Funcional

Nomeação, exoneração e destituição de comissionados.

Geração da
Folha de
Pagamento.

Realização
de horas
extras.

Recursos Humanos – Instruções Normativas

Treinamento e capacitação de pessoal.

Avaliação de desempenho e promoção.

Serviços de estagiários e bolsistas.

Contratação de pessoal em caráter temporário.

Recursos Humanos – Instruções Normativas

Concurso Público, Estágio Probatório, Convocação e posse.

Vacância por exoneração a pedido, demissão, aposentadoria, e falecimento.

Geração e encaminhamento dos demonstrativos legais sobre pessoal.

PROCEDIMENTOS E ROTINAS DO CONTROLE INTERNO

PATRIMÔNIO

Patrimônio – Instruções Normativas

Registro e Controle de bens imóveis

Registro e Controle de bens imóveis

Inventários Periódicos

**Alienação, doação, inservibilidade, absolescência,
extravio e furto de bens**

Desapropriação de Imóveis

Cessão de uso de bens

PROCEDIMENTOS E ROTINAS DO CONTROLE INTERNO

Compras e Licitações

Compras e Licitações – Instruções Normativas

Compras, Licitações e Contratações de obras e serviços.

Gerenciamento de Contratos de fornecimento de bens.

Controle de estoques

Cadastramento de Fornecedores

PROCEDIMENTOS E ROTINAS DO CONTROLE INTERNO

TESOURARIA

TESOURARIA – Instruções Normativas

Controle diário da receita e das disponibilidades financeiras vinculadas e não-vinculadas.

Programação financeira de curto prazo e pagadoria.

Adiantamentos financeiros.

PROCEDIMENTOS E ROTINAS DO CONTROLE INTERNO

CONTABILIDADE

Contabilidade – Instruções Normativas

Emissão, liquidação, anulação e cancelamento de notas de empenho e inscrição em restos a pagar.

Procedimentos Contábeis em situações específicas da execução orçamentária e extra-orçamentária

Registro e Controle contábil do patrimônio imobilizado.

Registro e Controle contábil da Dívida Ativa e das responsabilizações por valores.

Registro e controle das dívidas fundada e flutuante.

Geração, divulgação e acompanhamento dos demonstrativos da LRF (RREO e RGF)

Contabilidade – Instruções Normativas

Elaboração do Demonstrativo e controle de gastos nas áreas de educação e saúde.

Encaminhamento de informações contábeis ao Controle Externo e demais órgãos de fiscalização ou financiamento.

Elaboração e encaminhamento das prestações de contas de recursos recebidos.

Prestações de contas mensais e anuais ao TCM

PARTE II

Tributação

Planejamento

Sistema de Controle Interno Municipal e seus Subsistemas

Obras de
Engenharia

Transportes

Saúde,
Educação

PROCEDIMENTOS E ROTINAS DO CONTROLE INTERNO

TRIBUTAÇÃO

Tributação – Instruções Normativas

Manutenção do cadastro imobiliário e lançamento do IPTU

Manutenção do cadastro econômico (empresas, profissionais, autônomos e sociedades de serviços)

Arrecadação e baixa do IPTU e demais tributos, inscritos ou não, em Dívida Ativa

Inscrição, controle e baixa da Dívida Ativa Tributária

Lançamento e arrecadação dos Impostos Municipais (ISS, ITBI), Cont. Melhoria, Taxas

Concessão e controle sobre renúncias de receita ou restituição de receitas

PROCEDIMENTOS E ROTINAS DO CONTROLE INTERNO

PLANEJAMENTO

Planejamento – Instruções Normativas

**Elaboração e manutenção
do PPA e da LDO**

**Elaboração e controle do
Orçamento Anual e
procedimentos para a abertura
de créditos adicionais**

**Realização de Audiências
Públicas**

**Acompanhamento sobre a
obtenção dos resultados
previstos no PPA, e sobre o
cumprimento de metas fiscais
da LDO**

**Elaboração e acompanhamento
da programação financeira e do
cronograma de execução
mensal de desembolso**

**Projeção do impacto
orçamentário e financeiro de
novas despesas (atr. 16 e 17 LRF)**

PROCEDIMENTOS E ROTINAS DO CONTROLE INTERNO

TRANSPORTES

Transporte – Instruções Normativas

Gerenciamento e Controle do uso da frota e dos equipamentos.

Manutenções corretivas e preventivas.

Locação de veículos e equipamentos.

PROCEDIMENTOS E ROTINAS DO CONTROLE INTERNO

**SAÚDE e
EDUCAÇÃO**

Educação – Instruções Normativas

**Planejamento e
gerenciamento do ensino
fundamental**

Transporte Escolar

**Planejamento e
gerenciamento do ensino
infantil**

Alimentação Escolar

**Atividades administrativas e de
apoio ao ensino**

Saúde – Instruções Normativas

Serviços Ambulatoriais e odontológicos.

Controle e distribuição de medicamentos e de material médico-clínico

Procedimentos nas unidades de saúde.

Acondicionamento e destinação de resíduos (lixo hospitalar)

Saúde – Instruções Normativas

Vigilância Sanitária

Vigilância Epidemiológica

**Controles Administrativos
da Saúde**

Transporte de Pacientes

PROCEDIMENTOS E ROTINAS DO CONTROLE INTERNO

OBRAS DE ENGENHARIA

Obras de Engenharia – Instruções Normativas

Licenciamento

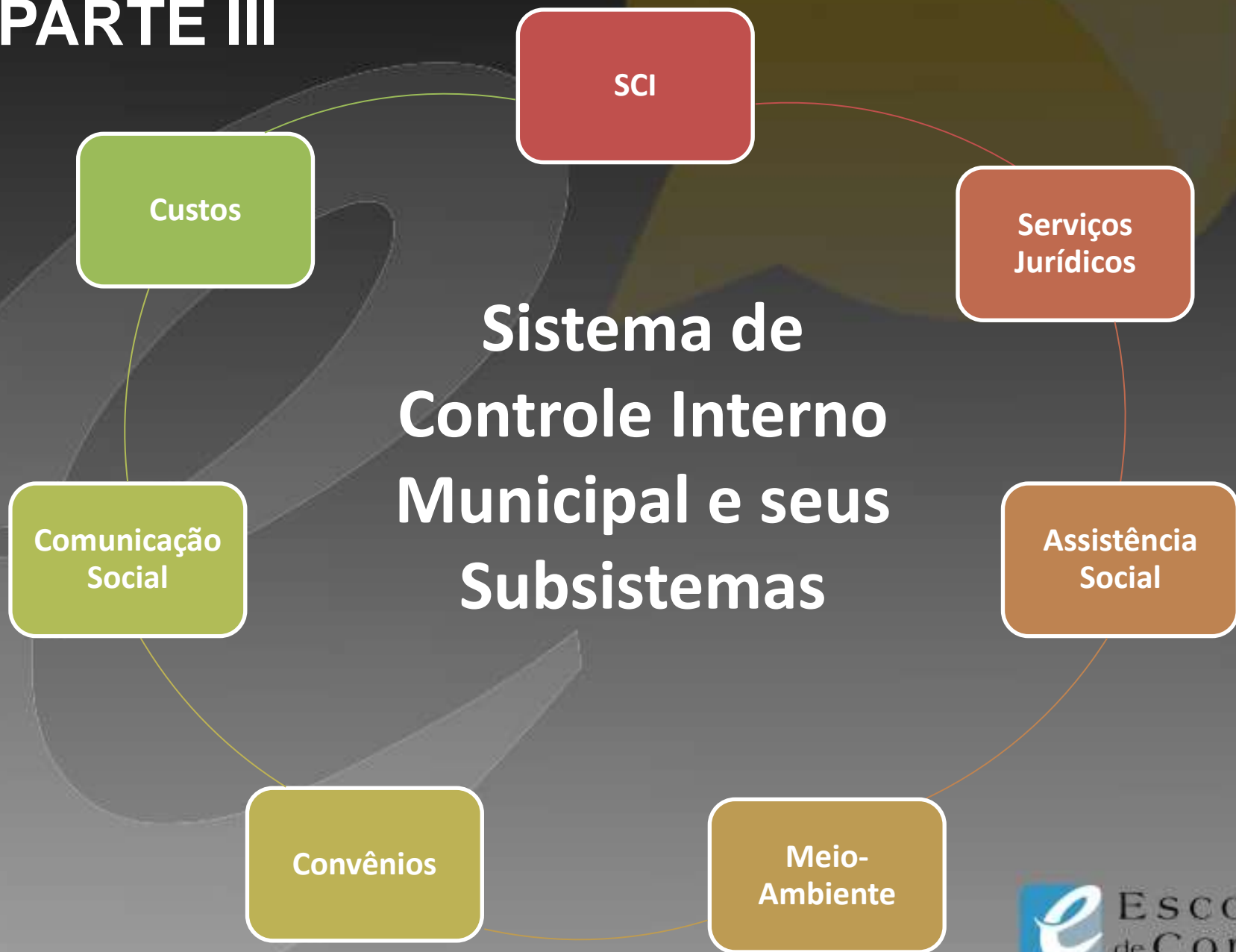
Contratação

Execução

Fiscalização

Medições e Recebimento

PARTE III



OBRAS DE REFERÊNCIA

- Incluindo exemplos de Instruções Normativas de rotinas e procedimentos de Controle Interno Municipal, descritas na íntegra.



José Osvaldo Glock

**Guia para a Implementação
do Sistema de Controle
Interno nos Municípios**

2ª Edição – Revisita e Atualizada

Autor:
José Osvaldo Glock
Editora: Juruá

Milton Mendes Botelho



Manual Prático de Controle Interno na Administração Pública Municipal

Conteúdo atualizado e
completo, com exemplos
práticos de controle interno,
para facilitar o entendimento
e a aplicação da legislação
vigente.

2ª Edição - Revisão e Atualização

Autor:
**Milton Mendes
Botelho**
Editora: Juruá

Sistema de Controle Interno: Uma Perspectiva do Modelo de Gestão Pública Gerencial



Autor:

**Rodrigo Pironti
Aguirre de Castro**

Editora: Fórum

Controle Interno Municipal

3ª PARTE

3ª PARTE

**Inconsistências e
impropriedades reais
constatadas pela equipe de
fiscalização do TCM-GO e as
respectivas orientações.**

Para Reflexão Final...

“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”.

Para Reflexão Final...

DESABAFO de RUI BARBOSA

Fundador do TCU que buscou a eterna luta para coibir práticas negativas na gestão dos recursos públicos, pelo que via, ouvia e sentia à época (1890).

Para Reflexão Final...

Algo diferente do sentimento da sociedade de hoje?

Contribuamos para a mudança deste cenário...

Obrigado e sucesso a todos!

Rodrigo Zanzoni